

Neofascismos e pós-fascismos contemporâneos: Fratelli d'Italia e Rassemblement National

Contemporary Neo-Fascisms and Post-Fascisms: Fratelli d'Italia and Rassemblement National

*Alvaro Bianchi¹

Resumo

Este artigo examina as ideologias de dois partidos europeus de extrema-direita: Fratelli d'Italia e Rassemblement National. Embora o rótulo “extrema direita” situe esses partidos dentro de uma “família” político-ideológica específica, ele oferece uma visão limitada das ideias que moldam suas ações. Para definir melhor suas ideologias, são explorados os conceitos de fascismo, neofascismo e pós-fascismo. A análise das teses programáticas e plataformas eleitorais dessas organizações revela uma visão de mundo ultranacionalista e xenófoba. No centro de sua ideologia estão os mitos de crise e declínio, juntamente com temas de reconstrução e renascimento civilizacional. Essa base ideológica compartilhada justifica sua classificação como pós-fascista.

Palavras-chave: neofascismo; pós-fascismo; Itália; França.

Abstract

This article examines the ideologies of two European extreme-right parties: Fratelli d'Italia and Rassemblement National. While the label “extreme-right” situates these parties within a particular political-ideological “family,” it offers limited insight into the ideas shaping their actions. To better define their ideologies, the concepts of fascism, neo-fascism, and post-fascism are explored. Analyzing the programmatic theses and electoral platforms of these organizations reveals an ultranationalist and xenophobic worldview. Central to their ideology are myths of crisis and decline, alongside themes of reconstruction and civilizational rebirth. This shared ideological foundation justifies their classification as post-fascist.

Keywords: neo-fascism; post-fascism; Italy; France.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp, Campinas, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5201-5923>.

A ascensão em todo o mundo de grupos e partidos políticos autoritários e antissistema que defendem a restrição dos direitos dos imigrantes ou de populações marginalizadas deu lugar a um intenso debate conceitual. Na última década, pesquisadores e pesquisadoras recorreram a múltiplos conceitos para definir esses fenômenos. Termos como extrema-direita (p. ex., Harrison; Bruter, 2011), direita radical (p. ex., Caiani; Císař, 2019) e direita populista radical (p. ex., Mudde, 2007) passaram a ser utilizados não apenas nos debates acadêmicos, mas também na imprensa cotidiana.

Este artigo sustenta que as categorias de fascismo, neofascismo e pós-fascismo fornecem ferramentas analíticas valiosas para interpretar formações ideológicas específicas cujas características as distinguem de outras formas de política antissistêmica. Para avaliar a utilidade explicativa desses conceitos, a análise concentra-se em dois casos contemporâneos significativos: Fratelli d'Italia, sob a liderança de Giorgia Meloni, e Rassemblement National, chefiado por Marine Le Pen.

A primeira seção delineia o quadro conceitual de fascismo, neofascismo e pós-fascismo. As seções seguintes examinam os casos de Fratelli d'Italia e de Rassemblement National por meio da análise de seus documentos programáticos e manifestos eleitorais. O artigo argumenta que ambos os partidos evoluíram de uma orientação neofascista, marcada pelo ultranacionalismo revolucionário e pela rejeição das normas democráticas, para uma posição pós-fascista que, formalmente, abraça os princípios da democracia liberal. Contudo, essa adesão é acompanhada de uma concepção restritiva de povo, entendida em termos culturais ou étnicos, e de um modelo plebiscitário e hierárquico de democracia que minimiza o pluralismo e enfraquece a mediação institucional.

Definindo os conceitos

A literatura acadêmica frequentemente caracterizou a extrema-direita por meio da enumeração de um amplo leque de atributos necessários. Essas listas variaram muito entre si. Cas Mudde identificou 26 diferentes definições, as quais enumeravam 58 diferentes características, cinco das quais apareciam em pelo menos metade dos autores: “nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e Estado forte” (Mudde, 2002, p. 11). As desvantagens dessas definições do tipo *checklist* são numerosas. Frequentemente, elas carregam um viés eurocêntrico. A xenofobia, por exemplo, é um traço distintivo dos movimentos de extrema-direita europeus, mas parece menos relevante no contexto latino-americano. O principal problema, contudo, é que tais definições tendem a ser excessivamente restritivas, excluindo fenômenos semelhantes que não apresentem todas as características elencadas.

Em vez de ser definida por uma lista fixa de traços essenciais, a extrema-direita é mais adequadamente concebida, seguindo Ignazi (2003, p. 31), pela sua posição espacial e relacional na extremidade mais externa do espectro político. Essa localização frequentemente gera formulações antagonistas e reativas, articuladas por uma sequência de posturas “anti”. A extrema-direita tem sido descrita de múltiplas maneiras como anti-igualitária, anticomunista, anti-iluminista, antimaterialista, antifeminista, antidemocrática, antiparlamentar etc. Essas negações recorrentes delineiam um espaço ideológico moldado menos por um conjunto consistente de propriedades do que por uma dinâmica compartilhada de oposições. Essa abordagem permite reconhecer proximidades ideológicas sem pressupor uniformidade. As ideologias de extrema-

direita não exibem de modo igual os mesmos traços negativos nem conjuntos idênticos de características. Podem, contudo, ser compreendidas por meio do conceito de “semelhanças de família”, segundo o qual elementos sobrepostos reaparecem em diferentes formações, com configurações e graus de intensidade variados². Esses padrões recorrentes permitem identificar correntes ideológicas distintas como parte do espectro mais amplo da extrema-direita.

Nesse quadro, a presença de certos traços nas ideologias fascista, neofascista e pós-fascista permite situá-las na constelação mais ampla das formações políticas de extrema-direita. O fascismo, nesse sentido, constitui uma expressão dentro desse espectro. Ele tem sido associado ao ultranacionalismo, à estatolatria, à rejeição da democracia, ao anticomunismo militante e à crença na força redentora da violência para instaurar uma nova ordem política fundada no renascimento nacional (Bianchi, 2024). Embora suas formas mais paradigmáticas tenham surgido na Itália e na Alemanha do entreguerras, sua influência ideológica extrapolou esses casos, inspirando movimentos por toda a Europa, América Latina e Ásia (Bianchi; Melo, 2023). As variantes neofascistas e pós-fascistas reconfiguraram elementos desse repertório ideológico para se adequarem às mudanças das condições históricas, preservando, contudo, continuidades essenciais com seu antecedente.

A relação dos movimentos fascistas com os neofascistas é, muitas vezes, de descendência direta e continuidade, como no caso do Movimento Sociale Italiano herdeiro da Repubblica Sociale Italiana e de seu grupo dirigente. Em outros casos, a relação com o passado é mediada, e não há uma reivindicação explícita de um passado fascista, como no caso do Front National, na França. Mas o que define esses movimentos não é uma linha genealógica, e sim uma ideologia. A ideologia neofascista que tem lugar no pós-guerra atualiza a precedente às novas condições políticas em pelo menos dois aspectos: o ultranacionalismo e a estatolatria.

O conceito de “nação” nos movimentos neofascistas deixou de estar associado a um território delimitado por fronteiras geográficas precisas, como a Itália e a Alemanha. Nesses novos movimentos, a “nação” foi desterritorializada e passou a representar uma comunidade cultural ou uma forma civilizacional autorreferenciada, tal como a Europa, ou a civilização cristã (ver a respeito Copsey, 2020). Já no final dos anos 1920 era possível identificar a existência de uma tendência pan-europeia que tomou forma na revista *Antieuropa*, de Asverio Gravelli, e na criação do Comitati d’Azione per l’Universalità di Roma, no início dos anos 1930 (ver Cuzzi, 2005). Mas a tensão entre nacionalismo e universalismo permaneceu no interior da ideologia fascista, e o insucesso dessas iniciativas é um indicador das dificuldades. Com a guerra fria, entretanto, esse universalismo encontrou um terreno político-institucional e ideológico mais favorável. Ocorreu, então, uma ressignificação da ideia de nação, a qual implicou uma expansão da “comunidade imaginada”, que se estendeu além de fronteiras estatais³. Nesse contexto, ganhou forma um “supernacionalismo”, que se definiu como oposição tanto ao capitalismo de Wall Street como ao comunismo de Moscou, apresentando-se como uma Terceira Via (Copsey, 2020, p. 108).

Também a concepção estatolátra do fascismo original sofreu uma mutação no pós-guerra. Enquanto a defesa da autoridade e da ordem permaneceu central no discurso neofascista, esta passou a se articular contraditoriamente com uma retórica

² Para a discussão sobre a noção de “família de semelhanças”, Wittgenstein (2009, § 67).

³ Sobre a nação como uma “comunidade imaginada”, ver Anderson (2016).

anti-intervencionista. Mais uma vez, é possível afirmar que esse movimento se encontrava prefigurado na política econômica do ministro Alfredo De Stefani nos primeiros anos do governo Mussolini (ver o recente estudo de Mattei, 2022). Mas, uma vez que a austeridade econômica permitiu derrotar o movimento operário e restabelecer o controle sobre as classes trabalhadoras, esta política cedeu lugar a forte dirigismo estatal, o qual evidentemente se tornou ainda maior à medida que a Itália entrava em guerra. Atualmente, entretanto, é possível identificar um componente antiestatal no discurso político e econômico neofascista no qual, frequentemente, a crítica às elites políticas caminha ao lado de uma crítica ao “grande governo” e ao intervencionismo econômico. A relação desse neofascismo com o liberalismo econômico continua tensa e marcada por idas e vindas, mas a denúncia da presença do Estado na regulamentação da vida e dos costumes parece consistente.

O pós-fascismo se define por uma permanência dos principais traços da ideologia dos movimentos neofascistas, renunciando, entretanto, ao caráter redentor da violência promovida por uma elite política. Ultranacionalismo, autoritarismo e anticomunismo continuam centrais, bem como uma visão de mundo no qual uma comunidade imaginada sitiada necessita renascer purificada. Mas a oposição à democracia liberal e a exaltação da violência presente no discurso neofascista cederam lugar a uma adesão verbal às regras do jogo democrático. A ideologia pós-fascista perdeu seu caráter revolucionário e, em um movimento análogo àquele do socialismo do início do século XX, tornou-se reformista.

Essa adesão formal às regras da democracia liberal por parte dos partidos pós-fascistas é marcada por profundas contradições internas que comprometem seu conteúdo substantivo. Uma contradição central reside na adoção de uma concepção plebiscitária de democracia, segundo a qual a legitimidade política derivaria exclusivamente da expressão direta da vontade popular. Com base nessa interpretação, a democracia se reduziria à confirmação episódica da autoridade do líder carismático por meio de eleições ou referendos, ao passo que a deliberação, a mediação institucional e a salvaguarda do pluralismo são em grande medida desconsideradas. A atenção concentra-se no estabelecimento de uma ligação direta e não mediada entre um líder carismático e o povo, enquanto instituições representativas, como parlamentos, partidos políticos e organizações da sociedade civil, são marginalizadas e frequentemente retratadas como obstáculos à manifestação genuína da vontade popular.

Estreitamente vinculada a essa concepção está uma segunda característica, igualmente problemática, da ideologia pós-fascista: a redefinição do povo não como uma comunidade política pluralista e inclusiva, mas como uma entidade homogênea e unificada. Essa unidade é tipicamente articulada em termos étnicos, culturais ou religiosos, que funcionam como critérios para determinar o pertencimento legítimo ao coletivo nacional. O pertencimento político deixa de residir na participação cívica ou no *status jurídico* e passa a ser condicionado por marcadores de identidade que designam indivíduos como parte de uma comunidade nacional supostamente autêntica. Como resultado, os princípios liberal-democráticos da igualdade formal perante a lei e da proteção da pessoa humana são corroídos. Em seu lugar, emerge uma estrutura hierárquica de direitos, na qual aqueles reconhecidos como integrantes da comunidade dominante gozam de plena proteção jurídica e reconhecimento político, ao passo que outros, como migrantes, minorias religiosas e *outsiders* culturais, são excluídos da cidadania plena e submetidos a tratamento desigual.

A compreensão plebiscitária da democracia e a concepção excluente de povo operam conjuntamente para reintroduzir aspectos fundamentais da ideologia fascista em um contexto formalmente democrático. Ainda que se expressem por meio do vocabulário da democracia e da soberania popular, esse modelo distorce sistematicamente a substância dos princípios liberal-democráticos. Ao priorizar a identidade sobre a universalidade e a liderança sobre a representação, ele reaviva tendências autoritárias no interior de um arranjo democrático e corrói os fundamentos institucionais do pluralismo, da igualdade e do Estado de direito.

Essas contradições aparecem com frequência nas práticas políticas dos movimentos pós-fascistas contemporâneos. Elas revelam tendências autocráticas e hierárquicas persistentes, que ameaçam corroer a ordem democrática que esses atores afirmam sustentar. Este artigo, contudo, não se concentra nessas práticas. Ele examina os fundamentos ideológicos que as sustentam e legitimam. O objetivo é evidenciar a tensão entre a aceitação formal de procedimentos democráticos e a persistente presença de ideias autoritárias no interior do pensamento pós-fascista.

Do Movimento Sociale Italiano a Fratelli d'Italia

Na Itália, a atual primeira-ministra, Giorgia Meloni (2021, p. 21), fala com desenvoltura de sua história nas fileiras da juventude do Movimento Sociale Italiano (MSI), fundado no imediato pós-guerra por remanescentes da Repubblica Sociale Italiana, o regime fascista radical que colaborou com a Alemanha nazista durante a ocupação⁴. A emergência e a sobrevivência do MSI foram moldadas pelas dinâmicas da Guerra Fria e pelo alinhamento da Itália com os Estados Unidos, que resultaram na exclusão dos comunistas do governo em maio de 1947. Essas condições permitiram ao MSI conquistar um espaço na ordem política do pós-guerra. Ao reformular a ideologia neofascista por meio do discurso do anticomunismo, o partido conseguiu integrar-se à democracia liberal italiana e alcançou apoio eleitoral significativo. Seu auge ocorreu em 1972, em um período de intenso conflito com os movimentos estudantis e operários. Sob a liderança de Giorgio Almirante e rebatizado como Movimento Sociale Italiano – Destra Nazionale, o partido obteve 8,6% dos votos para a Câmara dos Deputados e conquistou 56 cadeiras parlamentares.

Ao longo de sua história, o MSI e suas formações sucessivas mantiveram uma relação profundamente ambivalente com a democracia liberal. Giorgio Almirante, que liderou o partido até sua morte em 1988, muitas vezes manifestou deferência formal ao sistema político republicano. Apesar disso, o MSI retratou-se de modo consistente como herdeiro legítimo da tradição fascista, reafirmando seus princípios ideológicos centrais (Ignazi, 1996, p. 697). Essa tensão emergia com nitidez nos escritos de Almirante, nos quais descrevia a democracia parlamentar como um sistema corrupto, ineficiente e patológico, desconectado dos interesses genuínos da nação (Almirante, 1968). Posteriormente, ampliou sua crítica para abranger a Constituição, questionando a legitimidade do arcabouço institucional estabelecido após a vitória da Resistência antifascista (Almirante, 1980).

⁴ A *Repubblica Sociale Italiana* (RSI) recuperou o programa do fascismo antes de 1922, com algumas colorações anticapitalistas ou socializantes, ao mesmo tempo que incorporou forte antisemitismo (ver Franzinelli, 2020). Para a história do MSI, ver Conti (2013), Sorgonà (2019) e Ignazi (2023).

Apesar de alguns sucessos, o partido não conseguiu se afirmar nem como a principal força das direitas italianas, nem como um parceiro confiável da Democrazia Cristiana. Os resultados eleitorais oscilaram e chegaram ao seu ponto mais baixo nas eleições regionais da Sicília, em 1991. Mas a conjuntura política mudou profundamente, favorecendo o MSI-DN. No plano nacional, as investigações sobre a corrupção, conhecidas como *Mani pulite*, comprometeram fortemente a liderança do Partito Socialista Italiano e da Democrazia Cristiana, baluartes dos governos centristas dos anos precedentes. No plano internacional, a queda do muro de Berlim, o Tratado de Maastricht e o colapso da União Soviética não apenas afetaram o Partito Comunista Italiano, como reordenaram a vida política nacional. Nesse ambiente em transformação, Gianfranco Fini orientou o MSI-DN rumo a uma nova trajetória política. Sob sua liderança, o partido buscou distanciar-se retoricamente de seu legado fascista e se reposicionar como uma força de direita moderada, com credibilidade institucional, capaz de governar (Conti, 2013, cap. 5.3; Ignazi, 2003, p. 44-45).

Renomeado Alleanza Nazionale, o partido dirigido por Fini transitou do neofascismo para o pós-fascismo, mantendo, entretanto, os aspectos centrais de sua ideologia. Nas “Premesse” às *Tesi politiche* apresentadas no Congresso nacional do MSI-DN, em 1995, Fini afirmava que a criação da Alleanza Nazionale marcava “o encerramento de uma era da nossa história política. Foi então que proclamamos solememente que a Alleanza Nazionale repudiava todas as formas de ditadura e totalitarismo e acreditava na democracia e na liberdade como valores irreprimíveis” (MSI-DN, 1995, p. 4). A frase mais discutida naquela tese foi uma que afirmava que “o antifascismo foi o momento historicamente essencial para o retorno dos valores democráticos que o fascismo havia pisoteado” (MSI-DN, 1995, p. 4). Mas, como demonstrou um *survey* realizado no Congresso missino por Gianfranco Baldini e Rinaldo Vignati, 61,5% dos delegados consideravam que, “apesar de algumas decisões questionáveis, [o fascismo] foi um bom regime” (Ignazi, 1996, p. 705, 711).

O mito de declínio e necessário renascimento nacional, típico do fascismo, se manifestava fortemente naquelas teses, e o MSI-DN anunciava que “Alleanza Nazionale quer ser considerada parte de uma grande, libertária e pacífica ‘revolução conservadora’” (MSI-DN, 1995, p. 10). Depois de expor seu programa, as teses declaravam:

A direita política e social deve comprometer-se a promover a realização de todos estes objetivos ambiciosos e emocionantes como uma nova força governativa saudável, que quer demonstrar a essencialidade da “primazia da política”, não para gerir um poder, como um fim em si mesmo, mas para concretizar *as verdadeiras aspirações de renascimento da Itália* (MSI-DN, 1995, p. 46, grifo próprio).

Não era apenas essa ideologia palingenética o que conectava a Alleanza Nazionale à tradição fascista. Nas *Tesi*, afirmava-se explicitamente o pertencimento a uma cultura política da qual também fariam parte os fascistas Vilfredo Pareto, Giovanni Gentile, Ugo Spirito, Filippo Tommaso Marinetti, Ardengo Soffici, e até mesmo Julius Evola, inspirador de tantos grupos terroristas de extrema-direita (MSI-DN, 1995, p. 9). O fundamento dessa cultura política seria uma “conjugação do princípio da liberdade com o da autoridade. Um sem o outro não pode existir e vice-versa” (MSI-DN, 1995, p. 9), uma fórmula que pode ser encontrada nos escritos de

Giovanni Gentile. O resultado da acomodação de uma nova profissão de fé democrática e liberal com a tradição fascista foi o que Griffin (1996, p. 142) denominou de um “fascismo reformista ou democrático”.

Os efeitos eleitorais apareceram rapidamente, e o partido liderado por Fini obteve mais de 14% dos votos no pleito de março de 1994. As cadeiras conquistadas lhe garantiram um lugar na coalizão governamental liderada pela Forza Italia, de Silvio Berlusconi⁵. Mas ao contrário do esperado pelas lideranças da AN, o partido não cresceu mais e perdeu nas eleições subsequentes algumas posições, ficando cada vez mais distante do sonho de tornar-se a força hegemônica de uma coalizão das direitas. Ainda sob a liderança de Fini, a Alleanza Nazionale terminou por integrar, juntamente com Forza Italia, um novo partido, chamado Popolo della Libertá, uma frente de conservadores, neoliberais e pós-fascistas hegemonizada pelo berlusconismo.

Giorgia Meloni, que desde 1992 fazia parte do movimento, acompanhou Fini nesse caminho, elegendo-se deputada pela primeira vez em 2006, ainda pela Alleanza Nazionale, e assumindo, em 2008, o Ministério da Juventude do governo Berlusconi. Rompeu, entretanto, com o Popolo della Libertá em 2012, e fundou um novo partido, Fratelli d’Italia, o qual pretendia recuperar a tradição do MSI e dos primeiros anos da Alleanza Nazionale⁶. A tese programática, aprovada em 2017 no Congresso de Trieste, reverberava uma visão de mundo ultranacionalista, na qual a missão primeira era “redescobrir o valor da ‘Pátria’ na política contemporânea” e, desse modo, “reconstruir a Itália – e através dela a Europa” (Fratelli d’Italia, 2018). Não faltava nela sequer a referência a Giovanni Gentile, filósofo do fascismo e referência intelectual dos antigos missinianos.

O ultranacionalismo expresso na Tese de Trieste representou uma radicalização notável em comparação com a orientação ideológica da Alleanza Nazionale. Fratelli d’Italia passou a defender uma visão da nação como uma entidade histórica e espiritual cuja continuidade se estendia para além das fronteiras políticas. A identidade nacional não era definida por categorias jurídicas ou administrativas, mas pelo valor intrínseco da pertença à tradição cultural italiana. Como afirmava a tese, “a italianidade tem valor absoluto, independentemente do Estado em que se vive” (Fratelli d’Italia, 2018). Nessa formulação, a nação era imaginada como uma comunidade civilizacional ancorada na memória, na língua e na tradição compartilhadas. Ela era apresentada como uma força unificadora que fornecia continuidade histórica através do tempo e do espaço, não sendo afetada pelas transformações dos regimes políticos ou pelas mudanças nas configurações territoriais.

O povo que compunha essa nação era descrito como uma comunidade orgânica e coesa, unificada por valores culturais, históricos e morais comuns. Em vez de conceber o povo como um conjunto de indivíduos vinculados pela cidadania ou por direitos iguais perante a lei, o partido referiu-se a ele como “uma comunidade de destino”,

⁵ Esta foi a primeira vez que os herdeiros do fascismo italiano entraram em um governo nacional. Foi esse contexto o que motivou Umberto Eco (1995) a pronunciar sua famosa conferência na Columbia University, em abril de 1995. Publicada imediatamente pela *The New York Review of Books*, tornou-se um dos ensaios mais difundidos sobre o fascismo. O tom apocalíptico e alarmista da conferência pavimentou o sucesso das edições posteriores, mas o ensaio não vai além da apresentação de uma enumeração de características heteróclitas e está muito aquém da nova onda de estudos que naqueles anos ganhava grande impulso.

⁶ Entre 2014 e 2017, o próprio logotipo de Fratelli d’Italia trazia inscritos os nomes da Alleanza Nazionale e seu símbolo, a chama tricolor, e MSI.

vinculada por uma origem comum e uma missão coletiva (Fratelli d'Italia, 2018). Enfatizou-se a preservação da tradição, da identidade nacional e do patrimônio cultural, perspectiva que refletia uma compreensão nacionalista e comunitarista da pertença política. Essa concepção rejeitava explicitamente o relativismo cultural e o pluralismo liberal, apresentando, ao contrário, o povo como guardião de uma essência nacional historicamente determinada, a qual, na visão do Fratelli d'Italia, deveria ser reafirmada diante da globalização e das pressões externas provenientes de instituições supranacionais. Essas posições foram acompanhadas por fortes temas palingenéticos. Como declarou o documento aprovado no Congresso, “Através da *redescoberta* da identidade, da recuperação da tradição, do renovado sentido de pertencimento à comunidade nacional, trata-se, mais do que regressar à origem, de proceder a uma verdadeira *regeneração* do valor da pátria” (Fratelli d'Italia, 2018, grifo próprio).

Subjacente a essa narrativa estava uma concepção claramente autoritária de democracia e de instituições políticas. A democracia era redefinida pelo prisma da soberania nacional e da legitimidade popular direta. Fratelli d'Italia defendia uma reforma constitucional de caráter autoritário, minando os princípios da democracia parlamentar. Como afirma a tese, o objetivo era criar “uma república presidencialista ou semipresidencialista, com a eleição direta do presidente da República ou do chefe de Governo” (Fratelli d'Italia, 2018). Esse modelo privilegiava um Executivo forte e centralizado, reforçando o vínculo direto entre o líder e o povo, e ecoava tendências plebiscitárias. A vitalidade democrática não era associada a freios e contrapesos institucionais, garantias processuais ou pluralismo deliberativo, mas à afirmação da vontade nacional por meio de uma liderança concentrada, munida de um mandato democrático inequívoco.

A tese de 2017 reafirmou a postura xenófoba do partido, manifestando uma retórica anti-imigração particularmente agressiva. Advertiu sobre o que denominava “o processo em curso de islamização do continente europeu” e propôs medidas drásticas, como um “bloqueio naval” no Mediterrâneo para impedir a “imigração ilegal” (Fratelli d'Italia, 2018). Apesar dessa retórica, o partido permaneceu uma força relativamente marginal no espectro da extrema-direita até as eleições de 2022, quando obteve 26% dos votos, elevando sua representação parlamentar de 32 para 119 deputados e tornando-se o partido dominante em um governo de extrema-direita recém-formado. Durante a campanha, continuou a promover um discurso identitário fortemente nacionalista, ao mesmo tempo que reposicionava sua política externa. Passou a apoiar o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na guerra na Ucrânia e adotou uma orientação antirussa, movimento que surpreendeu muitos observadores e simpatizantes acostumados à sua postura internacional anteriormente eurocética e ambivalente (cf. Ignazi, 2023, p. 445).

Essa posição radical foi reiterada no programa eleitoral de 2022 de Fratelli d'Italia, que mais uma vez retratou a imigração irregular como uma ameaça direta à “segurança e à qualidade de vida dos cidadãos” (Fratelli d'Italia, 2022, p. 31-32). O partido retomou a proposta de um rígido controle de fronteiras, incluindo medidas voltadas a impedir desembarques ao longo das costas italianas. Para além das preocupações com a segurança, o programa buscou elevar sua agenda ideológica ao enquadrá-la como parte de uma renovação nacional mais ampla, descrita como um “plano para erguer a Itália novamente”. Entre as iniciativas culturais incluídas estavam propostas para cultivar “um novo imaginário italiano”, promovendo o

legado dos heróis nacionais, organizando reencenações históricas, particularmente nas escolas, e projetando “um novo Renascimento italiano para o futuro” (Fratelli d’Italia, 2022, p. 22).

A ascensão de Fratelli d’Italia ao poder não marcou uma ruptura definitiva com a tradição neofascista italiana. Embora o partido se apresentasse como uma força política democrática, seus fundamentos ideológicos permaneceram estreitamente vinculados ao legado do neofascismo do pós-guerra. Em uma coletiva de imprensa de fim de ano em 2022, apenas dois meses após assumir o cargo, Giorgia Meloni enfatizou a importância histórica do MSI, afirmando que ele havia “desempenhado um papel muito importante na história republicana ao trazer para a democracia milhões de italianos derrotados pela guerra” (Meloni, 2022).

Ao mesmo tempo, Meloni (2022) procurou se dissociar de vínculos explícitos com o fascismo do entreguerras, afirmando que “os partidos que representam a direita no Parlamento declararam sua incompatibilidade com qualquer nostalgia do fascismo”. Contudo, esse distanciamento retórico veio acompanhado do repúdio ao legado antifascista italiano e da adesão ao que Gabriele Pedullà e Nadia Urbinati (2024) descrevem como uma “democracia afascista”, uma visão de república desvinculada dos princípios políticos fundacionais do antifascismo. Em vez de buscar restabelecer um vínculo ideológico direto com o regime de Mussolini, o afascismo de Fratelli d’Italia alinha-se a uma forma de liberalismo marcada por profunda desigualdade social e por princípios hierárquicos. Segundo Pedullà e Urbinati (2024, p. 75), essa tradição política, prevalente na Itália às vésperas da Marcha sobre Roma, legitimou e apoiou de bom grado a violência fascista contra o movimento operário.

A dimensão autoritária desse afascismo do século XXI, aqui chamado de pós-fascismo, refletiu-se claramente no impulso do Fratelli d’Italia por uma reforma constitucional baseada em princípios plebiscitários e centralizadores. A proposta visa introduzir a eleição popular direta do chefe de governo, medida que alteraria significativamente a estrutura institucional da República Italiana (Consiglio dei Ministri, 2023). Esse redesenho institucional, ao concentrar o Poder Executivo e reforçar um vínculo direto entre o líder e o eleitorado, caminha na direção daquilo que Pedullà e Urbinati (2024, p. 101) descreveram como “a autocracia, o comando cesarista”.

Do Front National ao Rassemblement National

Na França, Marine Le Pen disputou o segundo turno das eleições presidenciais de 2022 pelo Rassemblement National, partido que sucedeu o Front National (FN). Na origem do FN está o grupo neofascista Ordre Nouveau (ON), fortemente inspirado e apoiado pelo MSI de Giorgio Almirante⁷. No final dos anos 1960, o ON reuniu militantes de diversas correntes da extrema-direita, dentre as quais se destacava o coletivo neofascista Occident, de onde vieram François Duprat, Alain Robert e Alain Renault (sobre o Ordre Nouveau e o Front National, ver Lebourg; Preda; Beauregard, 2014; sobre o Front National e o fascismo, ver Milza, 1987, cap. 8). Destes agrupamentos, o ON herdou a ideologia nacionalista-revolucionária e a prática de ataques violentos a

⁷ A influência do neofascismo italiano do pós-guerra sobre seus homólogos franceses foi examinada exaustivamente por Mammone (2015).

militantes de esquerda⁸. Combinou, entretanto, sua ideologia e o ativismo radical com uma política eleitoral que obteve resultados eleitorais modestos no início dos anos 1970 (Lebourg; Preda; Beauregard, 2014, p. 56).

O projeto de reunião do arquipélago da extrema-direita em uma única organização levou a ON a propor, já em 1971, a criação de um Front National. Em dezembro desse ano, a direção do ON promoveu uma reunião com o conhecido militante nacionalista Jean-Marie Le Pen, para discutir a frente. Distante do ativismo juvenil dos neofascistas, Le Pen havia sido próximo da Action Française durante seus anos como universitário e colaborou com a Organisation de l'armée secrète (OAS), o grupo terrorista contrário à independência da Argélia. Foi eleito deputado em 1956, na lista da Union de défense des commerçants et artisans, liderada por Pierre Poujade, e, depois de perder seu mandato, apoiou o conservador Jean-Louis Tixier-Vignancour nas eleições presidenciais de 1965. Mas os apelos à unidade dos nacionalistas lançados pelo ON não atraíram muita gente.

Apesar disso, a proposta do Front National pour une Unité Française foi lançada oficialmente em junho de 1972, em um ato no qual ao lado da bandeira da França não faltou a cruz céltica, símbolo dos neofascistas (Lebourg; Preda; Beauregard, 2014, p. 78). O movimento assumiu o nome de Front National em 5 de outubro desse ano, e Le Pen passou a ocupar um posto de copresidente nele. Além de reunir os militantes do ON, foram atraídos para o Front National um número considerável de colaboracionistas do nazismo, como Pierre Bousquet, Roland Gaucher, François Brigneau, Victor Barthélemy e Léon Gaultier, os dois últimos muito próximos do ex-deputado (Kauffmann, 2016, p. 8, 10, 12; Lebourg; Preda; Beauregard, 2014, p. 76).

A *Déclaration de intention du Front National*, divulgada em 1972 por ON, anuncia a existência de uma crise “moral e política” e uma “decadência intelectual, moral e física” que oprimia a França (Ordre Nouveau, 1972, p. 1). Dentre as causas dessa crise estavam a imigração, que ameaçava a identidade nacional: “Nada resultará de proteger as fronteiras, se uma invasão pacífica e legal mudar a natureza e a particularidade da população francesa” (Ordre Nouveau, 1972, p. 5). A declaração, vazada em tons ultranacionalistas e autoritários, também transpirava uma “profunda hostilidade contra a subversão comunista e seu desvio esquerdista” bem como a “oposição ao regime atual” (Ordre Nouveau, 1972, p. 6).

A narrativa de uma crise moral e política foi tema central do discurso eleitoral de Jean-Marie Le Pen, nas eleições legislativas de 1973. Seu programa, intitulado *Défendre les Français*, protestava contra “a injustiça administrativa e a opressão fiscal”, “a tirania dos tecnocratas e da má gestão”, “o poder total do dinheiro”, “a pornografia, as drogas e a criminalidade” e radicalizava o discurso xenófobo exigindo a “expulsão imediata dos imigrantes condenados por delitos comuns, dos ‘desempregados permanentes’ e estrangeiros envolvidos na agitação política” (Le Pen, J.-M., 1973). Os resultados eleitorais de março foram decepcionantes (apenas 1,3%), apesar do apoio econômico dos neofascistas italianos⁹. Enquanto os militantes do ON reagiram propondo uma intensificação do ativismo e terminaram por retirar-se do FN, Le Pen e seus partidários apostaram no fortalecimento do partido e na via eleitoral.

⁸ Entre 2 de janeiro de 1971 e 12 de maio de 1973, o ON esteve implicado em 82 atos de violência pública registrados pelas forças de segurança (Lebourg; Preda; Beauregard, 2014, p. 97).

⁹ De acordo com Kauffman (2016, p. 11), os cartazes da campanha de Le Pen foram impressos pelo MSI.

O programa eleitoral de 1974 consolidou esse novo perfil. Le Pen se apresentou como “candidato da direita social, popular e nacional”, fortemente anticomunista e antigaullista. A crise “moral e cívica” anunciada na eleição anterior era mais uma vez atacada. Le Pen afirmava ser uma força política capaz de enfrentar “esta decadência de que a opinião há muito anestesiada começa a tomar consciência” e contra a qual só haveria “um recurso: a criação de um misticismo de salvação pública, com novos homens e novos métodos” (Le Pen, J.-M., 1974). Sem a presença do ON na campanha, alguns pendores liberais apareceram no programa, o qual propunha uma redução do lugar do Estado na economia, “desnacionalizar o que pode ser desnacionalizado, reduzir a força de trabalho inchada no sector público e semipúblico” (Le Pen, J.-M., 1974). Mas Le Pen obteve apenas 0,7% dos votos.

François Duprat, um escritor com fortes simpatias pelo nazismo e autodenominado nacionalista-revolucionário, foi o responsável pelo realinhamento político do FN, combinando um discurso fortemente antidemocrático com uma tática de colaboração eleitoral com os partidos da direita tradicional. Os resultados eleitorais, entretanto, continuaram pífios. Com a morte de Duprat, vítima de um atentado que explodiu seu carro, em 1978, o FN passou a assumir cada vez mais um perfil nacionalista reacionário, enfatizando o anticomunismo, o antiestatismo, a defesa da pena de morte e a oposição à lei que descriminalizou o aborto na França. Rapidamente, as alas mais ativistas e militantes do neofascismo e do neonazismo começaram a ser excluídas do partido ou se afastaram dele (Milza, 1987, p. 346). Essa mudança de perfil coincidiu, também, com o ingresso de Jean-Pierre Stirbois e sua corrente “solidarista” em 1977¹⁰.

Estes foram anos de marginalidade política para o FN. Mas foi neles que o partido aprofundou sua ideologia anti-imigrantes, a qual passou a ocupar um lugar cada vez mais importante em seu programa. Após a “travessia do deserto”, como Le Pen chamou aqueles anos, o programa político começou a dar seus frutos, em um contexto marcado pela crise econômica e pela política migratória do socialista François Mitterrand¹¹. Nas décadas de 1980 e 1990, o Front National experimentou um crescimento eleitoral constante, ampliando gradualmente sua base de apoio das disputas locais até alcançar proeminência nacional. Essa trajetória culminou com o partido obtendo 15,2% dos votos nas eleições legislativas de 1997 (Stockemer, 2017, p. 16 ss.).

Os anos seguintes seriam de crises e conflitos internos, os quais culminaram com a expulsão de Bruno Mégret, o estrategista do partido e líder da ala moderada, no final de 1998. A divisão contribuiu para o fraco desempenho eleitoral em 1999, mas, nas eleições presidenciais de 2002, Le Pen conquistou 16,2% dos sufrágios e disputou o segundo turno. Foi nesse contexto que sua filha, Marine Le Pen, começou a ganhar projeção no partido e a defender uma estratégia de *dédiabolization* do FN, a qual permitiu uma modernização de seu discurso político. Gradativamente, o programa do partido passou a combinar antigas reivindicações contra os imigrantes e a insegurança pública com um programa mais popular de combate ao desemprego e aumento dos salários.

¹⁰ A partir de 1967 se desenvolveu uma corrente “solidarista” na extrema-direita francesa. Esta se opunha tanto ao individualismo liberal como ao coletivismo socialista e tinha como programa uma “terceira via” oposta ao “marxismo totalitário” da União Soviética e ao “capitalismo internacional” dos Estados Unidos. Os solidaristas agruparam-se ao longo dos anos 1960 e 1970 em várias organizações, como o Mouvement jeune révolution, o Mouvement solidariste français, Action populaire e Groupes action jeunesse. Criada em 1975, a Union solidariste, dirigida por Stirbois e Michel Collinot, caracterizava-se por forte antialantismo, desconfiança perante o neoliberalismo, acentuado racismo e a recusa a formar coalizões com outras forças da direita (ver Camus, 1996, p. 33-34).

¹¹ Sobre a “traversée du désert”, ver Erwan Lecoeur (2003, p. 29-47).

Em 2011, Marine Le Pen foi eleita presidente do FN, sucedendo seu pai. Para chegar a essa posição, precisou confrontar o poderoso Bruno Gollnisch, o qual se apresentava como defensor das tradições do Front National e era apoiado por militantes de Oeuvre Française, a organização neofascista e antisemita liderada por Pierre Sidos, a qual desde 2007 encontrava-se aninhada no FN (Camus; Lebourg, 2017, p. 158-159). A derrota de Gollnisch marcou a transição definitiva do FN para o campo do pós-fascismo. Uma vez no comando, Marine Le Pen aprofundou a transformação do partido, produzindo resultados rápidos. Essa mudança acelerou-se nos anos seguintes, culminando no surgimento do FN como a principal força política da França nas eleições europeias de 2014 e como o partido de extrema-direita mais proeminente da Europa à época (Stockemer, 2017, p. 25).

Os ganhos eleitorais do FN refletiram mudanças em seu discurso político, que passou a assumir um tom mais personalista, enfatizando a liderança de Marine Le Pen em detrimento da identidade partidária. O partido adotou também um perfil fortemente antielitista e antiglobalista. No livro que lançou naquele ano para divulgar sua candidatura, Marine Le Pen denunciava “uma minoria cada vez mais pequena e cada vez mais rica” que tinha “salários extraordinários, bônus escandalosos, ganhos de capital isentos de impostos” e “cada vez mais poder e riqueza” (Le Pen, M., 2012, p. 10). E dizia que os “esquecidos por quem luto são os pequenos assalariados, os empregados, os funcionários públicos, os operários, as classes médias, os aposentados, os jovens e os idosos desempregados” (Le Pen, M., 2012, p. 18). Ao mesmo tempo, o FN procurava conciliar essas mudanças com o nacionalismo, a xenofobia, o autoritarismo e o perfil de partido “antissistema” que caracterizaram sua trajetória. Não faltavam sequer as teorias conspiratórias, que viam a imigração como “uma arma econômica a serviço do grande patronato” (Le Pen, M., 2012, p. 81; ver comentários de Camus, 2013; Ivaldi, 2012). O programa de 2012 também recorria aos mitos de renascimento nacional. De acordo com Le Pen, “Conduzir o povo francês no caminho do renascimento é a razão da minha candidatura às eleições presidenciais e de toda a minha luta política” (Le Pen, M., 2012, p. 8).

O custo da mudança, entretanto, foi elevado. Em 2015, o birô político do FN expulsou Jean-Marie Le Pen do partido, devido a suas reiteradas declarações antisemitas. As disputas internas não impediram que o FN continuasse a crescer eleitoralmente. Nos anos seguintes, Marine Le Pen disputou duas vezes seguidas o segundo turno das eleições presidenciais: a primeira vez em 2017, depois de obter 21,3% no primeiro turno; a segunda em 2022, com a legenda agora rebatizada de Rassemblement National, quando conquistou 23,2 % do eleitorado no primeiro escrutínio.

O programa de 2022 tentava apresentar “um caminho razoável para garantir aos franceses a proteção legítima da Nação” (Le Pen, M., 2022b, p. 3). Tratava-se de uma via que implicaria a própria refundação do Estado. Segundo Le Pen (2022b, p. 4), “Nosso país é único porque foi o Estado que fez a Nação. É, portanto, através da refundação do Estado, nas suas missões e no seu exercício, que está o caminho para a renovação.”

Eram as próprias raízes da civilização à qual a França pertencia que se encontravam ameaçadas: “O que está em jogo hoje, no estado em que o nosso país se encontra, já não é uma escolha social, mas sim uma questão civilizacional” (Le Pen, M., 2022b, p. 34). Daí a importância de uma “refundação necessária para reconectar-se com a vocação da França, exemplo para o resto do mundo e pátria de um povo que mais uma vez se tornou dono de seu destino” (Le Pen, M., 2022b, p. 31).

As propostas contra os imigrantes parecem ter assumido contornos ainda mais extremos em 2022. O partido passou a defender uma reforma constitucional e um referendo para impedir “qualquer forma política populacional que vise alterar a identidade da França” e permitir “a expulsão de estrangeiros delinquentes ou criminosos, bem como a interdição judicial do território francês” (Le Pen, M., 2022b, p. 8; ver a proposta de legislação em Le Pen, M., 2022a, p. 41-44). A plataforma apresentava a proposta de uma legislação específica contra as “ideologias islâmicas, que constituem a verdadeira ameaça totalitária dos tempos modernos” (Le Pen, M., 2022b, p. 9). E definia como objetivo “erradicar o islamismo” (Le Pen, M., 2022a, p. 18). Essa nova ênfase na islamofobia representou um afastamento em relação ao programa de 2012, no qual tais temas eram menos pronunciados. Em 2022, a retórica anti-islã havia se tornado central para a identidade e a estratégia eleitoral do partido, refletindo um esforço intensificado para enquadrar a população muçulmana como uma ameaça fundamental à identidade nacional francesa.

O programa legislativo de 2024 do Rassemblement National reafirmou os princípios fundacionais do partido, apresentando-os como base de um amplo projeto de renovação nacional. Essa visão foi articulada por meio do apelo a uma abrangente “restauração da ordem” nas instituições, nas finanças públicas, na economia, na educação e na vida cotidiana (Rassemblement National, 2024, p. 2). No centro dessa agenda estava uma concepção idealizada da nação como “uma realidade fraterna e solidária”, fundada “no sentimento que nada mais é do que amor pela França e pelo povo francês” (Rassemblement National, 2024, p. 2). Essa concepção afetiva de pertencimento sustentava uma retórica de urgência nacional. O programa afirmava que “a imensa maioria dos franceses se recusa a resignar-se a ver a França continuar no caminho da renúncia e do declínio”. Em resposta, clamava “um grande esforço de recuperação e unidade em todas as esferas da vida nacional”, sustentando que “a união nacional é a condição da paz civil” (Rassemblement National, 2024, p. 20).

Apoiando-se nesse ideal de unidade, o programa definiu a maioria popular expressa nas eleições como a única fonte legítima de autoridade. O processo eleitoral foi retratado como um momento sagrado de afirmação, que exigiria submissão absoluta à vontade majoritária expressa: “O povo falará [...] e todos serão obrigados a respeitar sua escolha, a aceitar e a consentir com sua vontade de acordo com a inviolabilidade do sufrágio universal” (Rassemblement National, 2024, p. 2). Essa compreensão da prática democrática enfatizava a ratificação de uma vontade geral, concebida como singular e indivisível, e não como resultado de negociações entre interesses diversos e potencialmente conflitantes.

Em consonância com essa visão, as instituições políticas foram apresentadas como instrumentos de tradução direta da vontade do povo em ação estatal, sem a interferência de órgãos mediadores. O Rassemblement National comprometeu-se a “utilizar todas as alavancas políticas e institucionais que a Constituição confere ao governo e à sua maioria para implementar o projeto desejado pelo povo francês” (Rassemblement National, 2024, p. 2). A autoridade executiva era, assim, legitimada como a única expressão autêntica da soberania popular, ao passo que a oposição e o debate partidário eram desqualificados como perturbações ilegítimas da unidade nacional e da vontade do povo. Essa visão plebiscitária promovia uma relação direta e hierárquica entre dirigentes e cidadãos. O programa reforçou essa concepção ao propor colocar o povo “no coração da decisão política” e reservar-lhe, por referendo, “o poder exclusivo de emendar a Constituição” (Rassemblement National, 2024, p. 14).

Essa reconfiguração da vida democrática foi acompanhada por uma concepção restritiva e excludente de pertencimento político. A imigração foi enquadrada não apenas como um problema de política pública, mas como uma crise civilizacional. Segundo o programa, a falta de controle sobre a imigração “conduziu ao comunitarismo e ao separatismo” (Rassemblement National, 2024, p. 10). O texto alertou para uma “submersão migratória”, ecoando discursos conspiratórios de extrema-direita sobre ameaça demográfica¹². Em resposta, o partido defendeu uma série de medidas destinadas a conter a imigração legal e ilegal. Várias dessas propostas seriam submetidas a referendos constitucionais, sublinhando seu caráter fundacional na visão política do partido. Tais iniciativas codificaram um modelo de pertencimento nacional que priorizava a conformidade cultural e a homogeneidade étnica, vinculando explicitamente o direito de participar dos bens públicos a uma presumida filiação civilizacional.

Tomado em seu conjunto, o programa articulava uma visão de democracia esvaziada de suas dimensões conflituais e pluralistas. A participação política era reduzida à afirmação periódica da unidade. Disenso e diversidade eram concebidos como ameaças à ordem, e não como expressões de vitalidade democrática. As instituições do Estado caberia consolidar uma comunidade moral definida culturalmente, em vez de acomodar uma multiplicidade de vozes. Em lugar de uma ordem deliberativa e inclusiva, o pós-fascismo francês propôs um projeto político plebiscitário, hierárquico e xenófobo, enraizado em um nacionalismo afetivo e imposto por meio de mecanismos de exclusão.

Conclusão

Este artigo examinou as trajetórias políticas de Fratelli d’Italia e Rassemblement National, destacando suas conexões históricas com movimentos fascistas e neofascistas e as continuidades ideológicas que persistem em suas identidades políticas. A análise histórica e os textos programáticos analisados indicam que ambos os partidos podem ser situados na tradição pós-fascista, caracterizada por uma visão de mundo ultranacionalista e xenófoba. No centro de seus discursos estão narrativas de crise e declínio nacionais, seguidas por promessas de regeneração e renascimento civilizacional. Além disso, a análise revela que sua participação nos processos eleitorais não é acompanhada por um compromisso com a democracia pluralista. Em vez disso, ambos articulam uma visão plebiscitária e hierárquica da autoridade política, fundada em uma concepção restritiva e excludente de povo. Perspectivas desse tipo comprometem princípios democráticos fundamentais, incluindo a universalidade dos direitos e o valor intrínseco da pessoa humana.

Não obstante, esses partidos não representam a totalidade da política radical ou de extrema-direita contemporânea. O pós-fascismo coexiste com uma constelação mais ampla de correntes ideológicas que ocupam posições adjacentes no espectro da extrema-direita. Embora esses movimentos frequentemente exibam valores e estratégias retóricas sobrepostas, eles não são redutíveis uns aos outros. Sua convergência no discurso público e acadêmico não decorre de mera confusão, mas de afinidades observáveis em seus imaginários, vocabulários e objetivos políticos.

¹² Sobre as teorias conspiratórias da “grande substituição”, ver Ekman (2022).

Como se argumentou no início deste artigo, a extrema-direita é mais eficazmente compreendida à luz das semelhanças de família que emergem na extremidade de um espectro ideológico. Em vez de ser definida por um núcleo doutrinário único, suas diversas manifestações são vinculadas por traços recorrentes que aparecem com intensidade variável conforme o contexto. Esse enquadramento permite identificar fundamentos ideológicos compartilhados sem perder a sensibilidade analítica para as variações. Essas afinidades se articulam com maior clareza em oposição a um adversário imaginado. Nesse sentido, a unidade da extrema-direita se deve à sua rejeição ao comunismo, à participação democrática, ao igualitarismo e à expansão dos direitos políticos e sociais alcançadas pelas grandes convulsões revolucionárias dos séculos XIX e XX. Traços dessa lógica antagonista podem ser encontrados em formações diversas, do pós-fascismo ao conservadorismo autoritário, ao tradicionalismo teocrático e ao monarquismo reacionário.

O que distingue o fascismo, o neofascismo e o pós-fascismo nesse campo mais amplo é sua dependência fundante de mitos de colapso nacional ou civilizacional e da visão de um renascimento radical. Ao contrário de movimentos reacionários como a Action Française, que buscavam restaurar uma ordem pré-revolucionária, ou de ideologias conservadoras comprometidas com a preservação das estruturas existentes, essas correntes orientam-se para a criação de uma ordem política e social inteiramente nova. Essa transformação imaginada, frequentemente confiada a uma elite revitalizada, assenta-se na convicção de que preservar o futuro da nação ou da civilização exige uma ruptura com o passado. É essa ambição revolucionária e regenerativa que as singulariza no panorama mais amplo da extrema-direita.

O modelo analítico proposto neste artigo também pode oferecer instrumentos valiosos para o exame de movimentos de extrema-direita para além da Europa. Em países como Brasil, Estados Unidos e Índia, emergiram forças políticas que articulam narrativas de declínio nacional, mobilizam sentimentos ultranacionalistas e avançam concepções excludentes de povo. A despeito de seus contextos históricos e culturais distintos, esses movimentos frequentemente exibem configurações ideológicas semelhantes, incluindo ultranacionalismo, anticomunismo, visões hierárquicas de sociedade, narrativas míticas de restauração e estilos de liderança plebiscitários¹³. No entanto, determinar se o termo “fascismo”, com ou sem prefixos, é aplicável a esses casos requer investigação empírica cuidadosa. Como este artigo buscou demonstrar, tais classificações devem estar ancoradas em análise histórica e discursiva rigorosa, em vez de se apoiarem em analogias superficiais ou comparações simplificadas.

Referências

- ALMIRANTE, Giorgio. *Processo al Parlamento*. Roma: C.E.N., 1968.
- ALMIRANTE, Giorgio. *Processo alla Repubblica*. Roma: Ciarrapico, 1980.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 2016.
- BIANCHI, Alvaro. Fascismos: ideologia e história. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 45-63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202400010003>

¹³ Para o caso brasileiro e a análise do bolsonarismo como uma coalizão discursiva de extrema-direita, ver Kaysel; Bianchi (2025).

- BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. *Fascisms: a view from the South*. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (org.). *The rise of the radical right in the global South*. New York: Routledge, 2023. p. 15-35. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003193012-2>.
- CAIANI, Manuela; CÍSAŘ, Ondřej. *Radical right: movement parties in Europe*. Abingdon; New York: Routledge, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315123851>
- CAMUS, Jean-Yves. Le Front national français: entre projet de normalisation démocratique et positionnement anti-système. *Anuari del Conflicto Social*, Barcelona, n. 2, p. 501-508, 2013. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/6287>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- CAMUS, Jean-Yves. Origine et formation du Front national (1972-1981). In: MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (org.). *Le Front National à découvert*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996. p. 17-36.
- CAMUS, Jean-Yves; LEBOURG, Nicolas. *Far-right politics in Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4159/9780674978461>
- CONTI, Davide. *L'anima nera della Repubblica: storia del MSI*. Roma: Laterza, 2013.
- CONSIGLIO DEI MINISTRI. Elezione diretta del presidente del Consiglio. *Comunicato Stampa*, n. 57, p. 1-2, 3 nov. 2023. Disponível em: <https://www.governo.it/it/articolo/comunicato-stampa-del-consiglio-dei-ministri-n-57/24163>. Acesso em 16 set. 2025.
- COPSEY, Nigel. Neo-Fascism: A footnote to the Fascist epoch? In: IORDACHI, Constantin; KALLIS, Aristotle (org.). *Beyond the Fascist century: essays in honour of Roger Griffin*. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 101-121. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-46831-6_5.
- CUZZI, Marco. *L'internazionale delle camicie nere: i CAUR, Comitati d'azione per l'universalità* di Roma, 1933-1939. Milano: Mursia, 2005.
- ECO, Umberto. Ur-Fascism. *The New York Review of Books*, [New York], 22 jun. 1995. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/1995/06/22/ur-fascism/>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- EKMAN, Mattias. The great replacement: strategic mainstreaming of far-right conspiracy claims. *Convergence*, Luton, v. 28, n. 4, p. 1127-1143, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/13548565221091983>
- FRANZINELLI, Mimmo. *Storia della Repubblica sociale italiana, 1943-1945*. Bari: Laterza, 2020.
- FRATELLI D'ITALIA. *Il programma per risollevare l'Italia*. [S. l.: s. n.], 2022.
- FRATELLI D'ITALIA. Le tesi di Trieste per il movimento dei patrioti. *L'Italia s'è detta Giorgia Meloni*. [S. l.], 3 jan. 2018. Disponível em: <https://www.giorgiameloni.it/tesitrieste/>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- GRIFFIN, Roger. The 'post-Fascism' of the Alleanza Nazionale: a case study in ideological morphology. *Journal of Political Ideologies*, Abingdon, v. 1, n. 2, p. 123-145, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/13569319608420733>
- HARRISON, Sarah; BRUTER, Michael. *Mapping extreme right ideology: an empirical geography of the European extreme right*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1057/9780230336834>
- IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1093/0198293259.001.0001>
- IGNAZI, Piero. From neo-fascists to post-fascists? the transformation of the MSI into the AN. *West European Politics*, London, v. 19, n. 4, p. 693-714, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402389608425161>
- IGNAZI, Piero. *Il polo escluso: la fiamma che non si spegne: da Almirante a Meloni*. 3. ed. Bologna: Il Mulino, 2023.
- IVALDI, Gilles. Permanences et évolutions de l'idéologie frontiste. In: DELWIT, Pascal (org.). *Le Front national: mutations de l'extrême droite française*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2012. p. 95-112. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01389073/>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- KAUFFMANN, Grégoire. Les origines du Front national. *Pouvoirs*, Paris, v. 157, n. 2, p. 5-15, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3917/pouv.157.0005>
- KAYSEL, André; BIANCHI, Alvaro. Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 38, p. e025054, 2025.
- LE PEN, Jean-Marie. *Election présidentielle de 1974: profession de foi de Jean-Marie Le Pen au tour 1*. [Paris: s. n.], 1974. Disponível em: https://archive.org/details/EL084_P_1974_006. Acesso em: 9 jan. 2024.
- LE PEN, Jean-Marie. *Élections législatives de 1973*, Paris - 75, circonscription n°15: profession de foi de Jean-Marie Le Pen au tour 1. Paris: [s. n.], 1973. Disponível em: https://archive.org/details/EL068_L_1973_03_075_15_1_PF_03. Acesso em: 9 jan. 2024.

LE PEN, Marine. *M contrôler l'immigration*. [Paris: s. n.], 2022a. Disponível em: <https://rassemblementnational.fr/documents/projet/projet-controle-de-limmigration.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LE PEN, Marine. *M la France*: mon project présidentiel. [Paris: s. n.], 2022b. Disponível em: <https://mlafrance.fr/pdfs/manifester-m-la-france-programme-presidentiel.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

LE PEN, Marine. *Pour que vive la France*. Paris: Grancher, 2012.

LEBOURG, Nicolas; PREDA, Jonathan; BEAUREGARD, Joseph. *Aux racines du FN*: l'histoire du mouvement Ordre nouveau. Paris: Fondation Jean Jaurès, 2014.

LECŒUR, Erwan. *Un néo-populisme à la française*: trente ans de Front national. Paris: Editions La Découverte, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3917/dec.lecoe.2003.01>

MAMMONE, Andrea. *Transnational neofascism in France and Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139344449>

MATTEI, Clara E. *The capital order*: how economists invented austerity and paved the way to fascism. Chicago: University of Chicago Press, 2022. DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226818405.001.0001>

MELONI, Georgia. *Io sono Giorgia*: le mie radici, le mie idee. Milano: Rizzoli, 2021.

MELONI, Georgia. Conferenza stampa di fine anno del Presidente Meloni. *Presidenza del Consiglio dei Ministri*, Roma, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.governo.it/it/media/conferenza-stampa-di-fine-anno-del-presidente-meloni/21409>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MILZA, Pierre. *Fascisme français*: passé et présent. Paris: Flammarion, 1987.

MSI-DN – MOVIMENTO SOCIALE ITALIANO-DESTRA NAZIONALE. *Pensiamo l'Italia il domani c'è già*: valori, idee e progetti per l'Alleanza Nazionale. [Roma]: Alleanza Nazionale, 1995.

MUDDE, Cas. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: University Press, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>

MUDDE, Cas. *The ideology of the extreme right*. Cambridge: University Press, 2002. DOI: <https://doi.org/10.7228/manchester/9780719057939.001.0001>

ORDRE NOUVEAU. *Déclaration de intention du Front National*. [S. l.: s. n.], 1972. Disponível em: <https://tempspresents.com/2022/10/07/la-declaration-dintention-du-front-national-en-1972/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PEDULLÀ, Gabriele; URBINATI, Nadia. *Democrazia afascista*. Milano: Feltrinelli, 2024.

RASSEMBLEMENT NATIONAL. *Bardella premier minsitre*. Rassemblement Natoinal, 2024. Disponível em: <https://rassemblementnational.fr/documents/202406-programme.pdf>.

SORGONÀ, Gregorio. *La scoperta della destra*: il Movimento sociale italiano e gli Stati Uniti. Roma: Viella, 2019.

STOCKEMER, Daniel. *The Front National in France*: continuity and change under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen. Cham: Springer, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-49640-5>

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

*Minicurrículo do Autor:

Alvaro Bianchi. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Docente no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pelo CNPq (Processo n° 304480/2022-3). E-mail: abianchi@unicamp.br.

Avaliador 1: Nunzio Ali ; [Parecer 1](#) 

Editora de Seção: Raissa Wihby Ventura .

Declaração de Disponibilidade de Dados

Uso de dados não informado; nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.